

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, DA CIDADANIA, DA PARTICIPAÇÃO E DAS QUESTÕES SOCIAIS**

**3ª Reunião Ordinária 24 de Junho de 2015 às 15:00 horas no Auditório Teotônio Vilela.**

**Presidente: Deputado Carlos Bezerra Jr.**

<b>Item</b>	<b>Proposição</b>	<b>Autor</b>	<b>OBJETO</b>	<b>Relator</b>	<b>Voto</b>	<b>Vista</b>
1	Projeto de lei 330/2013	Deputado Francisco Campos Tito	Ficam as concessionárias fornecedoras de serviços de TV ou internet por assinatura obrigadas a compensar o assinante que tiver o serviço interrompido.	Deputado Raul Marcelo	favorável	
2	Projeto de lei 708/2013	Deputada Vanessa Damo	Estabelece normas para venda e/ou distribuição de CDs, DVDs e Blu-rays Disc no Estado.	Deputada Marcia Lia	favorável	
3	Projeto de lei 935/2013	Deputado Itamar Borges	Dispõe sobre o encerramento de páginas e contas em redes sociais "on-line" no caso de falecimento de seu titular.	Deputada Marta Costa	favorável	
4	Projeto de lei 993/2013	Deputada Beth Sahão	Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação ou adaptação de provedores de roupas, calçados e demais artigos que integram o vestuário feminino e masculino acessíveis à população com necessidades especiais e/ou com mobilidade reduzida.	Deputada Marta Costa	favorável	
5	Projeto de lei 689/2014	Deputado Edmir Chedid	Altera a Lei n. 12.281, de 2006, para determinar aos prestadores de serviços contínuos que aceitem o pedido de cancelamento do serviço prestado por quaisquer dos canais colocados à disposição do cliente.	Deputado André Soares	favorável	
6	Projeto de lei 1288/2014	Deputada Célia Leão	Dispõe sobre a obrigatoriedade da disponibilização de cadeiras de rodas para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida no âmbito do Estado.	Deputada Marta Costa	favorável ao projeto com a emenda apresentada pela CCJR	

Item 7 - Requerimento da Deputada Beth Sahão - Requer a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar dos abusos sexuais verificados contra mulheres praticados nas dependências do Metrô e da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Solicita o CONVITE do Sr. Clodoaldo Pelissioni, secretário de

Transportes Metropolitanos do Estado de São Paulo; Paulo de Magalhães Bento Gonçalves, diretor-presidente da CPTM; o presidente do Sindicato dos Metroviários de São Paulo, Altino de Melo Prazeres Júnior, ou um representante da entidade; e Nalu Faria, líder do Movimento Marcha Mundial das Mulheres.

Item 8 - Requerimento da Deputada Beth Sahn - Requer a realização de DILIGÊNCIAS, por parte desta Comissão, em carvoarias no Interior do Estado, a fim de apurar a eventual persistência de condições análogas ao trabalho escravo e/ou trabalho infantil nesses referidos locais. Requer ainda que se oficie o Ministério Público do Trabalho e o Ministério do Trabalho, de modo a convidar ambos os órgãos a enviar representantes para acompanhar tais diligências.

Item 9 - Requerimento da Deputada Márcia Lia - Requer que seja promovido um debate sobre política agrária e fundiária no Estado de São Paulo.

Item 10 - Requerimento da Deputada Márcia Lia - Requer que seja criada uma SUBCOMISSÃO para realizar um estudo para viabilizar a criação de um sistema na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo para a participação permanente dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nos temas afetos às minorias excluídas.

Item 11 - Requerimento da Deputada Clélia Gomes - Requer a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre a Violência Doméstica e suas medidas protetivas - sendo convidadas as Promotoras de Justiça de São Paulo, autoras do programa GEVID - Dras. Valéria Diez Scarance Fernandes e Silvia Chakian de Toledo Santos e ainda que seja convidada a Presidente do Instituto Patrícia Galvão, Sra. Jacira Melo, que trabalha com a exposição e disseminação das ocorrências de violência contra a mulher, buscando políticas públicas de combate e proteção.

Item 12 - Requerimento da Deputada Clélia Gomes - Requer a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre a redução da maioria penal e o Estatuto da Criança e do Adolescente - sendo convidados para explanação do tema, a Presidente da Fundação CASA do Estado de São Paulo, Sra. Berenice Giannella, o Promotor de Justiça Sr. Tiago de Toledo Rodrigues, da Promotoria da Infância e Juventude da Cidade de São Paulo, o Defensor Público Geral, Sr. Rafael Valle Vernaschi, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de São Paulo, Sr. Ricardo Gambaroni, o Delegado Geral da Polícia Civil Youssef Abou Chahim, o Jurista e ex-ministro da justiça, Sr. Miguel Reale Junior, o Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Sr. Aloísio de Toledo Cesar, o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Sr. José Renato Nalini e o ex-Senador e Secretário Municipal de Direitos Humanos, Sr. Eduardo Suplicy.

Item 13 - Requerimento da Deputada Clélia Gomes - Requer a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA para tratar sobre as graves denúncias de crescimento da Intolerância Religiosa, sendo convidados para explanação do tema: o Dr. Laércio Benko Lopes, advogado e vereador da Câmara Municipal de São Paulo, sendo o primeiro Vereador Umbandista da cidade de São Paulo, o Sr. Secretário de Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, Sr. Aloísio de Toledo Cesar, o Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Sr. Alfonso Presti, o Sr. Diego Montone, da Secretaria de Igualdade Racial da cidade de São Paulo, o Rabino da Comunidade Shalom e representante da Comunidade Judaica, Sr. Adrian Gottfried e a Srta Charlyane Souza, estudante muçulmana que foi impedida de prestar a prova da OAB/SP por estar trajada de vestimenta muçulmana.

Para ciência:

Item 14 - Ofício nº 378/15 - SG da Câmara Municipal de Lins encaminhando moção de apoio à "Carta de Fortaleza/CE - Compromisso em Defesa do Sistema Único de Assistência Social - SUAS", de autoria do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social, anexa a este ofício.

Item 15 - Indicação nº 281/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica a Sra. Presidente da República que determine à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que oriente as empresas a inserirem em seus relatórios anuais, como parte dos dados de sustentabilidade, informações sobre políticas relativas à mão-de-obra. A Indicação foi encaminhada à Presidente da República e distribuída à Comissão de Valores Mobiliários-CVM.

Item 16 - Indicação nº 275/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica ao Sr. Governador a destinação de mais recursos à 1ª Delegacia de Polícia de Repressão aos Crimes contra a Liberdade Pessoal, que compõe a estrutura do Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) e conta, atualmente, com apenas 12 policiais entre escrivães e investigadores. A indicação foi encaminhada à Secretaria de Segurança Pública e a resposta encontra-se anexa.

Item 17 - Indicação nº 276/2015 da CPI do Trabalho Escravo - Indica ao Sr. Governador a criação da Delegacia do Imigrante. A indicação foi encaminhada à Secretaria de Segurança Pública e a resposta encontra-se anexa.